

## OS PROFESSORES DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO EM PORTUGAL: UMA CARREIRA EM PERIGO?

Luísa Cerdeira<sup>1</sup>  
luisa.cerdeira@ie.ulisboa.pt  
Belmiro Gil Cabrito<sup>2</sup>  
b.cabrito@ie.ulisboa.pt

### RESUMO

Neste texto daremos conta das principais tendências da evolução sofrida na Educação Superior Portuguesa nas últimas décadas após a implantação da democracia, descrevendo o alargamento da rede universitária e politécnica, pública e privada, focando os investimentos realizados, bem como dando conta do crescimento do número de matrículas e diplomados pela educação superior em Portugal, distribuídos por cada subsistema de ensino. Mostrar-se-á o importante processo realizado de preparação e formação do corpo docente das instituições de ensino superior portuguesas, envolvendo um vultoso e importante processo de formação e de obtenção de graus por parte do corpo docente (grau de mestre e doutor). Em particular, será analisada a situação vivenciada na última década, mercê de uma grave crise financeira vivida pelas instituições públicas portuguesas, onde se registou uma retração de novas contratações de docentes, não progressão dos docentes e por consequência, encontramos uma situação em que foi notório o crescimento de docentes contratados a tempo parcial, a grande maioria encontra-se na base da carreira e com um envelhecimento acentuado do corpo docente. **Palavras-chave:** Ensino Superior, Evolução de Estudantes, Docentes do Ensino Universitário e Politécnico

6

### 1. INTRODUÇÃO

Uma das realidades sociais que tem evoluído positivamente em Portugal, nas últimas décadas é, indiscutivelmente, a educação.

Nos últimos 40 anos, o sistema educativo português cresceu de forma explosiva, respondendo à vontade de um país que retornou à democracia. Com a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974 – a Revolução dos Cravos - terminou um dos piores períodos da história portuguesa: o Estado Novo, designação dada pelo regime à ditadura chefiada por António Salazar. Foi um longo período de 48 anos, desde 1926, que Portugal vivenciou. Uma ditadura protofascista assente em três pilares: Deus, Pátria, Autoridade.

Ao longo de 48 anos, Portugal conheceu um regime que não garantia quaisquer dos direitos civis e políticos: proibidos eram a liberdade de expressão, de associação, de associação sindical, de associação partidária, negados os direitos à saúde, à educação, à segurança; etc. Durante este enorme período reinou o obscurantismo. A educação não era reconhecida como um instrumento fundamental de desenvolvimento. Não existia escolaridade

---

1 Professora Auxiliar. Doutora em Ciências da Educação pela FPCE da Universidade de Lisboa, Portugal. UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2217-7822>

2 Professor Associado Aposentado. Doutor em Ciências da Educação pela FPCE da Universidade de Lisboa, Portugal. UIDEF, Instituto de Educação, Universidade de Lisboa. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0420-5639>

obrigatória. A instrução primária, que variou entre os 3 e os 4 anos de escolaridade não tinha um carácter obrigatório. Só na década de 1960 a “instrução primária” (com a duração de 4 anos) se generalizou. À escola e, particularmente, ao liceu, chegavam predominantemente os jovens oriundos dos estratos mais favorecidos (MÓNICA, 1978) a quem estava destinado reproduzir o *status quo*. Eram os herdeiros de um regime (BOURDIEU & PASERON, 1964, 1970; BAUDELLOT & ESTABLET, 1971, 1977), que assim asseguravam a sua reprodução.

Em 1961, Portugal, a última potência europeia colonial do século XX, deparou-se com a anexação, pela força, por parte da União Indiana, das suas colónias neste subcontinente: Goa, Damão e Dio. Noutras regiões colonizadas por Portugal, as populações sublevaram-se.

A Guerra colonial instalou-se e durante 13 anos Portugal entrou numa economia de guerra (CABRITO, FERRÃO & MARQUES, 1980) na sua luta contra os movimentos independentistas das suas ex-colónias: Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Timor.

A Revolução de 1974 pôs fim à Guerra Colonial e restabeleceu a democracia com três objetivos fundamentais, os 3D que orientaram o movimento contestatário de uma parte das forças armadas, a parte que fez a Revolução: descolonização, democratização, desenvolvimento. Libertos do regime ditatorial, a população pôde escolher o seu futuro e, para a sua construção, a população escolheu, como peça fundamental, a educação.

Assim, não espanta que a educação tenha crescido de forma explosiva em todos os níveis de ensino, como pode observar-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução do número de matrículas em todos os níveis de ensino

Anos	Total	Educação Pré- escolar	Ensino Básico				Ensino Secundário	Ensino Superior
			Total	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo		
1961	1110264*	6528	1066471	887235	78064	101172	13116	24149**
1970	1407921*	15153	1316279	935453	193912	186914	27028	49461**
1980	1873559	80373	1538389	927852	305659	304878	169516	80919
1990	2160180	161629	1531114	715881	370607	444626	309568	157869
2000	2260745	228459	1240836	539943	276529	424364	417705	373745
2005	2172853	259788	1153057	504412	267742	380903	376896	380937
2010	2406098	274387	1256462	479519	273248	503695	483982	383627
2015	2061813	264660	1041698	418145	238582	384971	393618	349658
2016	2027483	259850	1013397	408041	230842	374514	391538	356399
2017	2020494	253959	1000006	404010	225794	370202	399775	361943

Fonte: DGO/MF, PORDATA (Última actualização: 2018-07-02);

\*calculado pelos autores; \*\*Barreto et al, A Situação Social em Portugal, 1960-1995

A explosão da procura de educação em Portugal é consequência directa do processo de democratização do país após a década de 1970, revelando uma extraordinária percepção pela população e pelo país de que só a educação pode fomentar o crescimento da economia e o desenvolvimento económico e social de um país em virtude da produção de conhecimento, desenvolvimento de competências e produção de capital humano (BECKER, 1964; SCHULTZ, 1961; PSACHAROPOULOS & WOODHALL, 1985) e servir como alavanca social (BOURDIEU & PASSERON, 1964, 1970; BAUDELLOT & ESTABLET, 1971, 1977; BOUDON, 1973). A esta procura de educação, governos sucessivos responderam através do estabelecimento e alargamento da escolaridade obrigatória (sucessivamente de 6, 9 e 12 anos em 1974, 1986 e 2008, respectivamente) e da expansão da oferta de ensino superior com o aumento do número de vagas das universidades existentes à data da Revolução, com a criação de mais 7 universidades públicas e de 15 institutos superiores politécnicos públicos ao longo das décadas de 1970 e 1980 e com a abertura do ensino superior à iniciativa privada, em 1986. Naturalmente, esta procura social de educação teria de se refletir na evolução das taxas reais de escolarização nos diferentes níveis de ensino. De facto, como pode observar-se no Quadro 2, ocorreu um crescimento muito significativo das taxas reais de escolarização, apesar de ainda haver espaço para o crescimento do número de matrículas no ensino secundário, nível de ensino ainda longe de cumprir a escolaridade obrigatória e no ensino superior, para atingir os objetivos da Europa 2020, que pretende que pelo menos 40% da população de cada país da União conclua o ensino superior.

Quadro 2 – Taxa real de escolarização em todos os níveis de ensino

Nível de ensino	1961	1970	1980	1990	2000	2010	2015	2016	2017
<b>Pré-escolar</b>	0.9	2.4	14.2	41.7	71.6	83.9	88.5	88.4	90,8
<b>Básico</b>	80.4	84.3	98.4	100.0	100.0	100.0	98.3	97.7	97,4
<b>Secundário</b>	1.3	3.8	11.7	28.2	58.8	72.5	74.6	75.3	77,6
<b>Superior</b>	nd	nd	10.7	20.2	24.0	31.3	31.4	33.1	34,3

Fonte: elaborado a partir de PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEd - MCTES -DIMAS/RAIDES

[http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador\\_1\\_5.asp](http://w3.dgeec.mec.pt/dse/eef/indicadores/Indicador_1_5.asp)

Última actualização: DGEEC 2018-07-24

Obviamente, este crescimento exponencial do número de alunos exigiu investimentos avultados em educação, seja na construção de infraestruturas seja na formação de professores. Satisfazer esta procura educativa exigiu novos estabelecimentos, bibliotecas, laboratórios e, necessariamente, mais professores qualificados. Em consequência, não será de estranhar os

vultuosos investimentos realizados pelos governos portugueses em educação sendo de destacar, todavia, o apoio obtido a partir da União Europeia (UE) através de programas de desenvolvimento como o PRODEP.

Observe-se, em sequência, a evolução do investimento realizado no ensino superior (não inclui as infraestruturas da ação social) entre 1980 e 2006. Podemos verificar que neste período se investiu perto de 1,8 mil milhões de euros, e que o investimento foi sobretudo significativo nos anos de 1990 a 2000, período durante o qual se concentrou um investimento de perto de mil milhões de euros (cerca de 56% de todo o investimento aplicado entre 1980 e 2006). O Quadro 3 regista o investimento realizado nas universidades, nos institutos politécnicos e nas escolas de enfermagem durante aquele período.

9

Quadro 3– Despesa efetuada dos investimentos do plano por tipo de instituição entre 1980 a 2006 (a preços correntes e a preços constantes, base 2007) **Unidade: Euros**

	A preços correntes				Conversor com base preços constantes 2007 (INE)	A preços constantes de 2007			
	Universidades	I.Politécnicos	Esc.Enfermag em	Total		Universidades	I.Politécnicos	Esc.Enfermag em	Total
1980	3.180.570	535.355		3.715.925	9,658	30.718.299	5.170.516	0	35.888.815
1981	5.048.593	599.735		5.648.328	8,051	40.648.283	4.828.709	0	45.476.992
1982	4.596.577	2.517.717		7.114.295	6,579	30.241.319	16.564.302	0	46.805.621
1983	6.662.214	3.011.028		9.673.242	5,241	34.919.179	15.781.937	0	50.701.116
1984	8.262.567	4.004.504		12.267.071	4,054	33.493.607	16.232.883	0	49.726.491
1985	9.082.117	2.675.218		11.757.335	3,397	30.850.813	9.087.379	0	39.938.192
1986	18.370.268	7.842.874		26.213.141	3,042	55.882.477	23.858.074	0	79.740.552
1987	24.668.225	7.762.313		32.430.537	2,781	68.591.766	21.583.667	0	90.175.433
1988	29.742.865	12.205.285		41.948.150	2,537	75.456.720	30.964.428	0	106.421.148
1989	32.741.079	16.974.187		49.715.266	2,253	73.778.313	38.249.408	0	112.027.721
1990	41.229.492	17.314.028		58.543.520	1,988	81.948.932	34.413.864	0	116.362.796
1991	39.918.452	18.937.471		58.855.922	1,785	71.238.568	33.795.858	0	105.034.426
1992	70.714.932	40.305.030		111.019.962	1,639	115.884.338	66.050.007	0	181.934.345
1993	130.305.349	59.752.531		190.057.881	1,538	200.416.489	91.902.540	0	292.319.029
1994	63.440.584	28.840.845		92.281.429	1,462	92.739.372	42.160.422	0	134.899.795
1995	56.825.507	21.666.597		78.492.104	1,404	79.782.032	30.419.529	0	110.201.562
1996	66.199.171	20.013.569		86.212.740	1,361	90.127.561	27.247.684	0	117.375.245
1997	79.155.882	20.877.243		100.033.125	1,333	105.490.094	27.822.852	0	133.312.946
1998	78.288.780	21.892.349		100.181.129	1,298	101.591.546	28.408.638	0	130.000.183
1999	106.949.439	19.305.472	0	126.254.911	1,268	135.613.924	24.479.706	0	160.093.630
2000	87.454.268	18.290.499	8.687.249	114.432.016	1,233	107.816.146	22.549.055	10.709.891	141.075.092
2001	87.539.123	12.680.254	9.812.232	110.031.609	1,181	103.424.059	14.981.225	11.592.769	129.998.054
2002	72.645.315	24.942.183	2.831.318	100.418.816	1,141	82.888.304	28.459.031	3.230.534	114.577.869
2003	49.742.811	21.535.841	4.014.773	75.293.425	1,105	54.943.415	23.787.410	4.434.517	83.165.342
2004	41.207.171	13.515.482	1.162.568	55.885.221	1,079	44.481.913	14.589.560	1.254.958	60.326.431
2005	57.842.770	10.269.630	0	68.112.400	1,056	61.109.815	10.849.674	0	71.959.489
2006	40.967.904	20.366.605	801.997	62.136.505	1,024	41.960.842	20.860.230	821.435	63.642.507
<b>Total 1980-2006</b>	<b>1.312.782.024</b>	<b>448.633.845</b>	<b>27.310.137</b>	<b>1.788.726.006</b>	<b>1.000</b>	<b>2.046.038.127</b>	<b>725.098.587</b>	<b>32.044.104</b>	<b>2.803.180.818</b>

Fonte: CERDEIRA, L. (2009). O Financiamento do Ensino Superior Português. A Partilha de Custos.

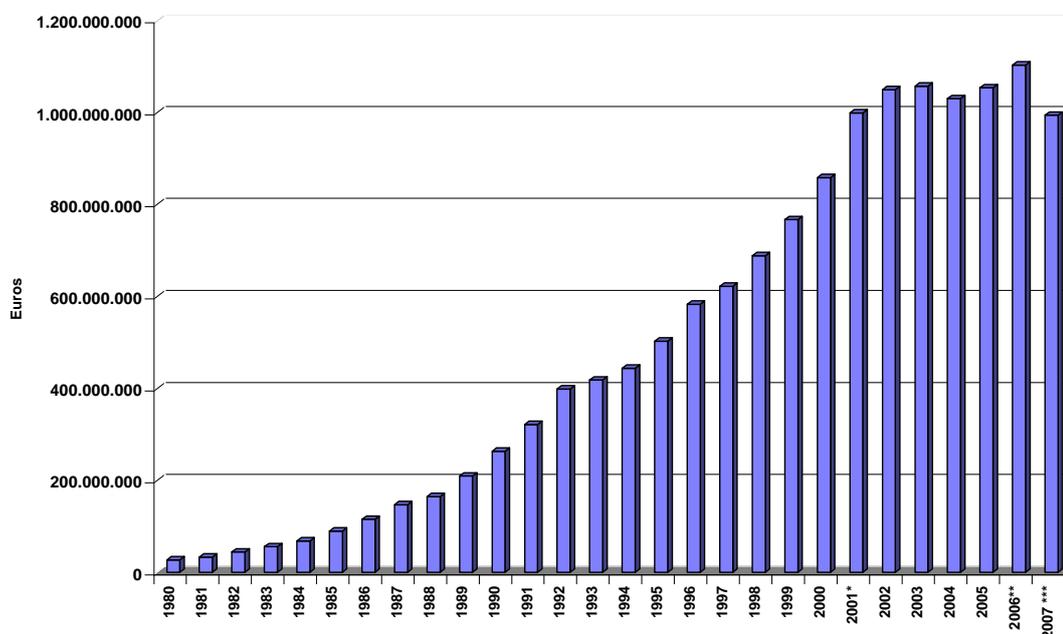
Nota: Elaborado a partir do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDAAC) e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – 1980 a 2000 DGESup e GEF<sup>3</sup>; 2001 a 2007 GPEARL. \* A partir de 2001 inclui as Escolas de Enfermagem que transitaram para o ME; \*\* Em 2006 inclui a Escola Superior de Turismo e Hotelaria.

3 Trata-se de dados retirados de ficheiros de trabalho de Luísa Cerdeira, que entre 1990 a 2000 foi responsável na Direção-Geral do Ensino Superior pelos recursos financeiros e foi Coordenadora Executiva do PRODEP II.

Nota: O conversor dos preços foi fornecido diretamente pelo INE, com base nas médias anuais do Índice de Preços no Consumidor (IPC) referentes ao Continente, total excluindo a Habitação (1980 a 2007).

Também no que respeita ao orçamento de funcionamento das instituições de ensino superior a dimensão dos recursos orçamentais são expressivos como se pode observar pela Figura 1. Mesmo considerando que se trata de valores a preços correntes, os quais para serem comparados deveriam ser deflacionados, podemos constatar o enorme salto operado, em parte relacionado com o crescimento de alunos do sistema, mas também por outros fatores (revalorização salarial do pessoal docente e de investigação, etc).

Figura 1 – Evolução da Despesa do Orçamento de Funcionamento do Ensino Superior entre 1980 a 2007 (a preços correntes)



Fonte: CERDEIRA (2009). O Financiamento do Ensino Superior em Portugal. A Partilha de Custos.

Nota: De 1980 a 1983 GEF; de 1984 a 1998 a DGESup – DSR; de 1999 a 2007 GGF/GPEARI. \* A partir de 2001 inclui as Escolas de Enfermagem que transitaram para o ME.; \*\* Em 2006 inclui a Escola Superior de Turismo e Hotelaria. \*\*\* Em 2007 – Dotação Inscrita.

Todavia, e apesar da dimensão do investimento realizado, que exigiu um esforço hercúleo do país para conseguir em poucas décadas colocar a sua educação ao nível da dos países mais desenvolvidos, fica sempre a dúvida se teria sido possível fazer mais e melhor, nomeadamente no que respeita aos principais actores do sistema: os professores.

É esta dúvida que justifica este artigo que, no caso particular do ensino superior público, nível de ensino a que iremos restringir as futuras análises neste artigo, objetiva responder à seguinte questão:

- O crescimento da procura de educação de nível superior foi acompanhado de aumento proporcional do número de docentes, do aumento dos seus níveis de formação/habilitação e da valorização da sua carreira ou, pelo contrário, o crescimento do ensino superior público tem acontecido graças à intensificação e precarização do trabalho docente?

Antes de apontarmos alguns factos e ideias que possam contribuir para uma resposta possível à questão em apreço, deixamos duas notas que pretendem contribuir para esclarecer o leitor acerca do sistema português de ensino superior e que são apresentadas na secção seguinte.

## **2. ESTRUTURA DO SISTEMA EDUCATIVO EM PORTUGAL: ENTRE O ENSINO UNIVERSITÁRIO E O ENSINO POLITÉCNICO; ENTRE O ENSINO PÚBLICO E O ENSINO PRIVADO**

Em Portugal, os estudantes do ensino superior distribuem-se, actualmente, por dois subsistemas educativos e por dois tipos de ensino de nível superior.

Até 1974 apenas existia ensino público universitário. Até essa data, existiam apenas 4 universidades, todas públicas – as Universidades do Porto, de Coimbra, de Lisboa e a Universidade Técnica de Lisboa, e pouco mais de 20000 estudantes. Era um sistema altamente elitista, quer na oferta existente, apenas ensino superior universitário, quer na origem social dos estudantes, maioritariamente da classe alta/média alta (CABRITO, 2002).

Após a Revolução de Abril, o sistema passou a oferecer, também, ensino superior politécnico, oferta recente de educação superior criada para responder à procura explosiva deste nível educativo. O ensino superior politécnico é um tipo de ensino que, na sua origem, era de menor duração do que o ensino superior universitário (2/3 anos *versus* 5/6 anos), constituindo-se numa modalidade que podia responder de forma mais rápida e eficaz à procura de ensino superior ocorrida após a Revolução. Ao mesmo tempo, porque pratica um tipo de ensino mais próximo das necessidades de desenvolvimento das regiões, esta modalidade poderia contribuir de forma mais rápida e decisiva para o desenvolvimento do país.

Por outro lado, até à década de 1980, a generalidade do ensino superior era público ministrado pelas universidades e institutos superiores politécnicos públicos, exceção reservada à Universidade Católica Portuguesa que funcionava ao abrigo da Concordata do Governo

Português com a Santa Sé assinada em 7 de Maio de 1940 e a algumas (muito poucas) instituições privadas.

Todavia, a partir de 1986, fruto de alguma dificuldade em o Estado garantir, através do sistema público, a satisfação de toda a procura de ensino superior e, também e muito particularmente, em virtude do movimento global de liberalização dos serviços educativos, o governo de então decidiu abrir o ensino superior à iniciativa privada. Assim, a partir de 1986, Portugal passou a disponibilizar ensino superior universitário e politécnico, público e privado.

De registar, todavia, que o ensino superior público predomina entre o ensino superior, ocorrendo igual situação no que respeita ao predomínio do ensino universitário. Isto é, no país predomina o ensino superior universitário público.

Quadro 4 - Evolução do número de estudantes inscritos por tipo de instituição no ensino superior

Anos	Total	Ensino superior público			Ensino superior privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
<b>1990</b>	157869	119733	95746	23987	38136	32756	5380
<b>1995</b>	290348	186286	132199	54087	104062	84895	19167
<b>2000</b>	373745	255008	164722	90286	118737	88190	30507
<b>2005</b>	380937	282373	173897	108376	98664	67157	31507
<b>2010</b>	383627	293828	183806	110022	89799	60174	29625
<b>2015</b>	349658	292359	191707	100652	57299	42666	14633
<b>2016</b>	356399	297884	191633	106251	58515	42981	15534
<b>2017</b>	361943	302596	192201	110395	59347	43013	16334
<b>2018</b>	372753	308489	195199	113290	64264	46036	18228
<b>Δ18/90%</b>	136,1%	157,6%	103,9%	372,3%	68,5%	40,5%	238,8%
<b>Δ18/10%</b>	-2,8%	5,0%	6,2%	3,0%	-28,4%	-23,5%	-38,5%

Fontes de dados: PORDATA. DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES.

Última actualização: 2018-09-28

Como pode observar-se as taxas de crescimento do número de alunos do ensino superior apresentam valores bem diferentes em função do subsistema de ensino e do tipo de ensino, sendo de realçar o crescimento mais acentuado do ensino superior politécnico face ao ensino universitário em ambos os subsistemas público e privado. De destacar, todavia, o decréscimo da procura entre 2010 e 2018, para o que concorreu a acentuada queda da procura nos anos 2010-2015, fundamentalmente em virtude da crise económica e financeira por que o país passou que levou a uma diminuição, em números absolutos, do número de estudantes do ensino superior. De facto, neste período, as condições de vida das famílias

portuguesas degradaram-se de forma significativa (falência de milhares de empresas; milhares de funcionários públicos dispensados; cortes no valor do salário dos funcionários públicos e no valor das reformas dos aposentados; etc.) que se repercutiram na procura de educação, particularmente do subsistema privado pelo seu maior nível de exigência financeira.

De realçar que, apesar da procura explosiva de ensino superior, o que implicou o alargamento da base social de recrutamento dos candidatos a este nível de ensino, o ensino superior mantém-se, ainda que de forma menos acentuada, um ensino para elites, albergando maioritariamente jovens das classes alta e média (CABRITO & CERDEIRA, 2017).

Apesar da existência de ensino público e ensino privado, conclua-se, pois, que em Portugal o ensino superior público é francamente dominante. Veja-se no Quadro 5, a evolução do número de matrículas nos ensinos público e privado, no período, mas em percentagem.

Quadro 5 – Número de matrículas no ensino público e privado, universitário e politécnico, em percentagem do total

Anos	Total	Ensino superior público			Ensino superior privado		
		Total	Universitário	Politécnico	Total	Universitário	Politécnico
1990	100	75,8	60,6	15,2	24,2	20,7	3,4
1995	100	64,2	45,5	18,6	35,8	29,2	6,6
2000	100	68,2	44,1	24,2	31,8	23,6	8,2
2005	100	74,1	45,6	28,4	25,9	17,6	8,3
2010	100	76,6	47,9	28,7	23,4	15,7	7,7
2015	100	83,6	54,8	28,8	16,4	12,2	4,2
2016	100	83,6	53,8	29,8	16,4	12,1	4,4
2017	100	83,6	53,1	30,5	16,4	11,9	4,5
2018	100	82,8	52,4	30,4	17,2	12,4	4,9

Fonte: PORDATA. Fontes de Dados: DGEEC/MEd - MCTES - DIMAS/RAIDES (cálculos dos autores); Última actualização: 2018-09-28

Contrariamente ao que se verifica em diversos países, particularmente nos continentes asiático e americano, em Portugal predomina, pois, o ensino superior universitário público.

São várias as razões que poderão explicar esta dupla situação. De entre elas salientamos:

- por um lado porque essa é a situação tradicional na Europa; em geral, os diferentes sistemas de ensino superior europeus são constituídos por instituições públicas ou, quando privadas, uma boa parte são de natureza confessional, instituições que se regem pelas normas do ensino público não visando, à semelhança do ensino superior público, o lucro;

- por outro, o predomínio do ensino superior universitário justifica-se muito particularmente por ser esse o tipo de ensino superior que se desenvolveu ao longo dos séculos na Europa. Aliás, esta prevalência do ensino universitário durante séculos no

continente europeu justifica, de certa forma, a percepção que os estudantes e a sociedade em geral têm desenvolvido da “inferioridade” do ensino superior politécnico relativamente ao ensino superior universitário, exatamente por ser uma oferta recente que não assenta na investigação e que “depende” das necessidades da economia.

Naturalmente, outras razões se poderão adiantar para explicar o predomínio do ensino superior público universitário em Portugal (bem como na generalidade dos restantes países europeus) sendo que as razões acima apontadas ajudam a explicar a situação.

### 3. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DOCENTES DO ENSINO PÚBLICO E INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Como atrás se referiu, ao crescimento da procura de educação superior responderam sucessivos governos com novas contratações. Observe-se o quadro 6 que apresenta a evolução do número de docentes do ensino superior público nos últimos anos.

Quadro 6 – Evolução do número de docentes do ensino superior público, por tipo de ensino, em ETI (em tempo integral)

Anos	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18	Δ (%) 2012/13- 2017/18
<b>Universitário</b>	12322,4	12012,4	11734,7	11549,4	11736,3	11923,3	-3,2
<b>Politécnico</b>	7 771,1	7 380,3	7 281,9	7 147,8	7 317,5	7 501,4	-3,5
<b>Total</b>	<b>20093,4</b>	<b>19392,7</b>	<b>19016,6</b>	<b>18697,2</b>	<b>19053,8</b>	<b>19424,7</b>	<b>-3,3</b>

Fonte: DGEEC-DSEE-DEES 2018, <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDocentes/> acedido em 24/06/2019

Os valores do Quadro 6 são elucidativos de um decréscimo do número de docentes do ensino superior público na última década, seja no ensino universitário seja no ensino superior politécnico.

Naturalmente, esta diminuição, por si só, não é indicativa da intensificação do trabalho dos docentes do ensino superior. Para podermos observar as dificuldades por que vêm passando aqueles docentes e percebermos como o trabalho docente tem vindo a intensificar-se, precisamos de confrontar aquele decréscimo com o comportamento de outras variáveis, nomeadamente as condições de trabalho; o número e diversidade das unidades letivas atribuídas aos docentes; o ciclo do ensino superior em que mais se encontram engajados; o tempo dedicado à investigação e respetivo efeito no número de horas de trabalho semanal, sendo que, na verdade, no que respeita aos professores do ensino superior o tempo dedicado à investigação em geral não implica diminuição da componente letiva, isto é, aos docentes é atribuído o horário letivo semanal/semestral correspondente à sua posição na carreira docente,

sendo que o tempo dedicado à investigação e a atividades de extensão é um tempo efetivamente não contabilizado; outras tarefas não contabilizadas exigidas aos docentes, nomeadamente apoio tutorial, apoio aos órgãos de gestão, tempo gasto em funções administrativas, etc.

Todavia, não existem dados oficiais relativos aos indicadores acima referenciados que representam trabalho não remunerado que o docente acaba por praticar, pelo que se torna difícil mensurar o nível de intensificação do trabalho docente. Em termos oficiais, apenas se tem conhecimento de um indicador que pode utilizar-se na mensuração da intensificação do trabalho docente: o número de alunos por docente. Observe-se os Quadros 7, 10 e 11 que indicam a evolução do número de docentes e de alunos matriculados na última década bem como a rácio nº estudantes/docente no ensino superior público, total e por tipo de ensino.

Quadro 7 – Rácio nº de estudantes/docente ETI, total do ensino superior público

Anos	2012/13	2013/14	2014/15	2015/16	2016/17	2017/18
<b>Docentes</b>	20093,4	19392,7	19016,6	18697,2	19053,8	19424,7
<b>Estudantes</b>	311574	303710	301654	292359	297884	302596
<b>Rácio</b>	15,5	15,7	15,9	15,6	15,6	15,6

Fonte: DGEEC-DSEE-DEES 2018, <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDocentes/> acedido em 24/06/2019 (cálculos dos autores)

Da análise dos valores do Quadro 7 pode concluir-se que a diminuição do número de docentes do ensino superior público foi acompanhada de forma quase proporcional pela diminuição do número de estudantes matriculados pelo que não é possível, apenas com este indicador, afirmar que o trabalho do professor do ensino superior se (não) tem intensificado, dado que a rácio nº estudantes/docente se manteve tendencialmente igual ao longo do período.

Todavia, é possível comparar este rácio com a correspondente em alguns dos países da União Europeia. Observe-se o Quadro 8.

Quadro 8 – Rácio nº de estudantes do ensino superior/docente, em 2012 e 2017

Países	2012	2017	Países	2012	2017
<b>Alemanha</b>	7,2	7,6	<b>Itália</b>	-	20,1
<b>Áustria</b>	7,5	7,2	<b>Letónia</b>	15,1	11,8
<b>Bélgica</b>	16,6	17,0	<b>Lituânia</b>	12,6	10,4
<b>Bulgária</b>	12,9	11,2	<b>Luxemburgo</b>	3,8	7,4
<b>Chipre</b>	11,7	13,9	<b>Malta</b>	-	8,3
<b>Croácia</b>	-	9,9	<b>Holanda</b>	13,4	12,7

<b>Eslováquia</b>	16,3	12,8	<b>Polónia</b>	-	19,8
<b>Eslovénia</b>	14,2	11,1	<b>Portugal (*)</b>	<b>15,5</b>	<b>15,6</b>
<b>Espanha</b>	12,6	12,0	<b>Reino Unido</b>	17,9	15,6
<b>Estónia</b>	-	11,3	<b>Rep. Checa</b>	-	25,2
<b>Finlândia</b>	19,1	19,8	<b>Roménia</b>	24,9	20,0
<b>França</b>	19,9	21,1	<b>Suécia</b>	-	12,3
<b>Grécia</b>	-	38,8	<b>Noruega</b>	10,1	8,6
<b>Hungria</b>	15,7	11,9	<b>Suíça</b>	5,8	8,7

Número médio de alunos por docente no ensino superior (ISCED 5-8)

Fontes de Dados: Eurostat | UNESCO-UIS; OCDE | Entidades Nacionais - Recolha de Dados UOE;

Fonte: PORDATA; Última actualização: 2019-05-13

(\*) Cálculos dos autores

Os valores do Quadro 8 mostram que, tendencialmente, a rácio nº de estudantes/docente diminuiu na quase totalidade dos 28 países apresentados. Tal não se verificou em Portugal sendo que 18 dos países presentes no quadro apresentam rácios inferiores ao português, por vezes até significativamente mais baixos. Em conclusão, e comparando o trabalho dos professores portugueses do ensino superior com o dos seus colegas de uma boa parte dos países europeus, medido apenas pela rácio nº de estudantes/docente, o trabalho dos docentes portugueses do ensino superior intensificou-se no período e é mais intenso do que o dos seus colegas, sendo que lhes é exigido iguais habilitações académicas – o doutoramento.

De registar que o doutoramento é exigido para o ingresso e progressão na carreira do ensino superior, seja do ensino universitário seja do ensino politécnico. Destaque-se o esforço que tem sido realizado pelo país no sentido da qualificação dos docentes do ensino superior, como pode observar-se no Quadro 9.

Finalmente, vejamos como se distribuem os docentes do ensino superior público português, por tipo de ensino e habilitação académica, no ano letivo 2017/18.

Quadro 9 – Habilitações académicas dos docentes do ensino superior público, total e por tipo de ensino, em 2017/18

	Doutoramento		Mestrado		Lic./Bach./outras		Total
	Número	%	Número	%	Número	%	
<b>ESUniversitário</b>	12009	73%	1928	12%	2453	15%	16390
<b>ESPolitécnico</b>	4465	44%	3222	32%	2502	25%	10189
<b>Total ESPúblico</b>	16474	62%	5150	19%	4955	19%	26579

Fonte: DGEEC (2018). Perfil do Docente em 2017/2018. Consultado 24/06/2019.

O Quadro 9 mostra como o nível de habilitações académicas dos docentes do ensino superior universitário é ainda superior ao dos seus colegas do ensino superior politécnico: os docentes com doutoramento do ensino superior universitário correspondem a 73% do corpo docente deste subsistema, revelando que os docentes das universidades apresentam, em geral, um nível de qualificação muito superior à dos docentes dos institutos superiores politécnicos, onde apenas 44% já possui o grau de doutor.

Todavia, no cômputo geral, deve assinalar-se que o peso dos docentes com doutoramento na totalidade do ensino superior público (62%) atinge já valores consideráveis que revelam bem a existência de um corpo docente altamente qualificado e a vontade do país em dispensar um ensino superior de qualidade.

Da análise efetuada, pode concluir-se que o trabalho dos professores do ensino superior público em Portugal se tem vindo a intensificar na última década e o nível de trabalho que se lhes exige é, em geral, maior do que o nível de trabalho que é exigido a uma boa parte dos seus colegas europeus.

#### **4. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

Quando se estuda o sistema de ensino superior português, são inúmeras as questões que se nos colocam: como se estrutura; como cresceu; quem são os docentes; de que formação académica são portadores; etc. Responder a estas questões foi o objetivo das secções anteriores.

Todavia, um dos problemas com que se debatem hoje os docentes do ensino superior público em Portugal, independentemente do tipo de ensino, é a precarização da sua atividade.

Se acima tentámos mostrar como o trabalho destes docentes se tem vindo a intensificar nos últimos anos, nesta secção pretendemos perceber se está a ocorrer a precarização da profissão.

Um indicador importante para esta discussão é a situação contratual dos docentes do ensino superior. Observe-se o Quadro 10.

Quadro 10 - Evolução da distribuição dos docentes no Ensino Superior Universitário e Público em 2006/07 e 2016/17- Situação

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
<b>Universitário</b>	<b>14738</b>	<b>100%</b>	<b>15914</b>	<b>100%</b>	8,0%
Dedicação Exclusiva	9945	67,5%	9131	57,4%	-8,2%
Tempo Integral	1240	8,4%	931	5,9%	-24,9%
Tempo Parcial	3050	20,7%	5153	32,4%	69,0%
Outras situações a)	503	3,4%	699	4,4%	39,0%

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
<b>Politécnico</b>	<b>10677</b>	<b>100%</b>	<b>9785</b>	<b>100%</b>	-8,4%
Dedicação Exclusiva	5967	55,9%	5108	52,2%	-14,4%
Tempo Integral	899	8,4%	482	4,9%	-46,4%
Tempo Parcial	1910	17,9%	4105	42,0%	114,9%
Outras situações b)	1901	17,8%	90	0,9%	-95,3%

Notas: (a) Colaboração, Comissão de Serviço, Cooperante, Regime Gracioso, Requisição, Outros  
(b) Colaboração, Comissão de Serviço, Cooperante, Regime de Coptação, Regime Gracioso, Requisição, Outros  
Fonte: DGEEC(2018). Perfil do Docente 2016/2017

A análise dos valores do Quadro 10 explicita bem em que medida a carreira docente no ensino superior público, seja universitário seja politécnico, tem vindo a precarizar-se.

Pela análise dos dados do quadro podemos verificar uma quebra importante do número de docentes em “Dedicação Exclusiva”, vínculo contratual mais forte e menos precarizado. De igual forma, o quadro também revela a diminuição significativa do peso dos professores na situação de “Tempo Integral” (neste vínculo, o docente ganha apenas dois terços do que ganharia se o vínculo contratual fosse o de dedicação exclusiva) em ambos os tipos de ensino. Indubitavelmente, a perda de importância dos vínculos contratuais “Dedicação Exclusiva” e “Tempo Integral” relevam bem para uma profissão que se precariza e que o crescimento e o peso do vínculo contratual “Tempo Parcial” vem, apenas, corroborar. De facto, e não só no ensino superior politécnico, o crescimento do número de docentes a tempo parcial no período em análise é indicador suficiente do desenvolvimento explosivo de novas formas de contratualização no ensino superior português que se caracterizam pela precarização e instabilidade da profissão.

Outro aspeto muito importante tem a ver com a carreira e a distribuição pelas categorias da carreira universitária e politécnica. Na última década a generalidade dos docentes não teve possibilidade de evoluir na sua carreira, dada situação financeira de asfixia que as instituições públicas viveram. Previa-se no enquadramento legal em vigor que o número de efetivos nas categorias de professor catedrático e associado deveria poder oscilar entre os 50 a 70% do total do corpo docente das Universidades e na carreira politécnica os professores coordenadores não excederem os 50% do total dos docentes. Contudo a situação que encontramos é bem diferente e mesmo dramática.

No ano de 2017/2018 no ensino universitário apenas se encontravam 9,3% de professores catedráticos e 17,3% de associados, num total que não chegava a 27%, quando o valor destas duas categorias deveria não poder ser inferior a 50% do total dos docentes. Por sua vez no ensino politécnico apenas 10,5% dos docentes estão na categoria de coordenador, como se pode constatar pelos dados do Quadro 11.

Quadro 11 – Estrutura da Carreira Docente Universitária e Politécnica em 2012/2013 e 2017/2018

UNIVERSITÁRIO	2012/13	%	2017/18	%
<b>Professor Catedrático</b>	1 141,4	9,3%	1 113,9	9,3%
<b>Professor Associado</b>	2 030,9	16,5%	2 062,2	17,3%
<b>Professor Auxiliar</b>	6 567,9	53,3%	6 940,0	58,2%
<b>Assistente</b>	1 648,3	13,4%	931,6	7,8%
<b>Leitor</b>	152,9	1,2%	143,7	1,2%
<b>Monitor</b>	52,6	0,4%	36,9	0,3%
<b>Carreira de Investigação</b>	302,8	2,5%	188,4	1,6%
<b>Outras categorias <sup>(1)</sup></b>	425,6	3,5%	506,6	4,2%
<b>Total</b>	<b>12 322,4</b>	<b>100,0%</b>	<b>11 923,3</b>	<b>100,0%</b>

POLITÉCNICO	2012/13	%	2017/18	%
<b>Professor Coordenador Principal</b>	18,0	0,2%	30,0	0,4%
<b>Professor Coordenador</b>	735,9	9,5%	761,4	10,1%
<b>Professor Adjunto</b>	3993,2	51,4%	4808,5	64,1%
<b>Assistente</b>	2806,2	36,1%	1770,8	23,6%
<b>Monitor</b>	22,2	0,3%	17,4	0,2%
<b>Carreira de Investigação</b>	2,0	0,0%	1,0	0,0%
<b>Outras categorias <sup>(2)</sup></b>	193,6	2,5%	112,3	1,5%
<b>Total</b>	<b>7771,1</b>	<b>100,0%</b>	<b>7501,4</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: Estatísticas dos Recursos Humanos do Ensino Superior, DGEEC (2018). Perfil do Docente 2016/2017

Notas: (1) Colaboração, Comissão de Serviço, Cooperante, Regime Gracioso, Requisição, Outros

(2) Colaboração, Comissão de Serviço, Cooperante, Regime de Coptação, Regime Gracioso, Requisição, Outros

A análise dos dados do Quadro 11 revela uma situação de total de estagnação e de utilização dos docentes do ensino superior público na última década, sem qualquer reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a ser por eles desenvolvido, quer na atividade pedagógica, quer científica, como pode concluir-se pelo facto de não ter havido a abertura de concursos de progressão que abrisse aos docentes a possibilidade de progredir na carreira.

O congelamento na progressão na carreira foi acompanhado pela não abertura de lugares de ingresso, seja para novas vagas seja para substituir os docentes que entram na aposentação, situação que explica o envelhecimento progressivo e perigoso da população docente, pondo em perigo uma profissão que não rejuvenesce. Observe-se o Quadro 12.

Quadro 12 - Evolução da estrutura etária dos docentes no Ensino Universitário e Politécnico Público: situação em 2006/07 e 2016/17

	2006/07	Peso %	2016/17	Peso %	Var %
<b>Universitário</b>	<b>14738</b>	<b>100%</b>	<b>15914</b>	<b>100%</b>	8,0%
< 30 ANOS	773	5,2%	702	4,4%	-9,2%
30-39 ANOS	3929	26,7%	2577	16,2%	-34,4%
40-49 ANOS	5306	36,0%	4796	30,1%	-9,6%
50-59 ANOS	3659	24,8%	5394	33,9%	47,4%
>= 60 ANOS	1071	7,3%	2445	15,4%	128,3%
<b>Politécnico</b>	<b>10677</b>	<b>100%</b>	<b>9785</b>	<b>100%</b>	-8,4%
< 30 ANOS	1222	11,4%	362	3,7%	-70,4%
30-39 ANOS	3801	35,6%	2374	24,3%	-37,5%
40-49 ANOS	3424	32,1%	3650	37,3%	6,6%
50-59 ANOS	1845	17,3%	2716	27,8%	47,2%
>= 60 ANOS	385	3,6%	683	7,0%	77,4%

Fonte: DGEEC(2018). Perfil do Docente 2016/2017

A análise dos valores do Quadro 12 é bem elucidativa do envelhecimento da população docente no ensino superior público português, fazendo perigar uma carreira e uma profissão onde deve coexistir a maior experiência dos docentes “mais antigos” com a capacidade e vontade de aprendizagem dos “mais jovens” que deverão garantir a concretização da missão do ensino superior.

Esta situação foi levada ao limite e apenas muito recentemente foi aprovado pelo Governo, na Lei de Execução Orçamental (DECRETO-LEI N.º 84/2019), dois artigos, que permitem que se venham a abrir concursos para os lugares de Professor Coordenador e Coordenador Principal (artigo 76.º) no ensino superior politécnico e Professor Associado e Professor Catedrático (artigo 77.º) no ensino universitário, que correspondem aos lugares de topo das respectivas carreiras, para docentes que tenham pelo menos 10 anos na mesma categoria.

## 5. CONCLUSÕES

O exposto dá-nos uma panorâmica geral, ainda que breve, do ensino superior, em Portugal. Assim, podemos concluir que:

- após a Revolução Democrática de 25 de Abril de 1974, foi intensa a procura de educação, em todos os níveis de ensino;
- a satisfação da procura de educação superior exigiu novas ofertas de ensino superior que se concretizaram quer em termos de tipo – ensino dual (ensino universitário e ensino politécnico, a partir de meados da década de 1970) e de sistema – público e privado, a partir de 1986;
- trilhando o caminho tradicional do ensino superior europeu, em Portugal predomina o ensino superior público universitário;

- no ensino superior público, subsistema de que se trata neste artigo, o trabalho docente tem vindo a intensificar-se, particularmente no ensino universitário, como se pode perceber pelo aumento da rácio nº de estudantes por professor ETI;

- é mais intensificado o trabalho dos docentes portugueses do ensino superior público, universitário e politécnico, do que o dos seus colegas da generalidade dos países membros da União Europeia, apesar de serem semelhantes as exigências de acesso à carreira em toda a União;

- nas últimas décadas, assiste-se à progressiva precarização do trabalho do docente do ensino superior, objectivada no crescimento do peso da categoria “Trabalho Parcial”, mais fragilizada, relativamente aos vínculos contratuais mais fortes e menos precários, “Dedicação Exclusiva” e “Tempo Integral” e na estagnação da carreira por inexistência de concursos de progressão e de ingresso;

- a carreira docente tem vindo a degradar-se, quer pela intensificação quer pela precarização do trabalho docente, situação agravada pelo envelhecimento desta classe de profissionais.

Conclui-se que a satisfação da procura explosiva de educação superior em Portugal desde a Revolução de 1974 tem sido obtida, em grande parte, e em particular na última década, através da intensificação do trabalho dos docentes e da precarização da profissão, sendo lícito afirmar que a carreira docente do ensino superior em Portugal é uma carreira em perigo – desvalorizada, intensificada e precarizada–, ainda que se antevejam possibilidades de mudança desta situação decorrentes de medidas de política tomadas recentemente pelo atual governo.

## **HIGHER EDUCATION TEACHING STAFF IN PORTUGAL: AN ENDANGERED CAREER?**

### **ABSTRACT**

In this article we report the main trends of the evolution occurred in Portuguese Higher Education in the last decades, after the implementation of democracy, describing the enlargement of the university and polytechnic public and private network, focusing on the investments made, report the growth of the number of enrolments and graduates by Portuguese Higher Education, distributed by each higher education subsystem. We highlight the important preparation and training process of the teaching staff from the Portuguese higher education institutions, which involved a considerable and important training process, as well as the graduation obtained by this staff (Master and PhD graduation). Particularly, we analyse the situation experienced in the last decade, hostage of a serious financial crisis, where it was registered a retraction in the hiring process of new teaching staff, the absence of career development and, as a consequence, we are facing a situation where the growth of partial time hired teachers is notorious, mostly at the basis of their careers as well as the ageing of teaching staff. **Keywords:** Higher Education, Evolution of Student’s number, University and Polytechnic teaching staff.

## REFERÊNCIAS

- BECKER, Gary Stanley. **Human Capital. A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education.** Chicago: The University of Chicago Press, 3<sup>a</sup>. Ed., 1993.
- BOURDIEU, Pierre. & PASSERON, Jean Claude. **Les héritiers.** Paris: Les Éditions Minuit, 1964.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **La reproduction.** Paris: Les Éditions Minuit, 1970.
- BAUDELOT, Christian & ESTABLET, Roger. **L'école capitaliste en France.** Paris: Maspero, 1971
- BAUDELOT, Christian & ESTABLET, Roger. **L'école primaire divise.** Paris: Maspero, 1977.
- BOUDON, Raymond. **L'inégalité des chances.** La mobilité sociale dans les sociétés industrielles. Paris : Colin, 1973.
- CABRITO, Belmiro. **O Financiamento do Ensino Superior: Condição Social e Despesas de Educação dos Estudantes Universitários em Portugal.** Lisboa: Educa, 2002.
- CABRITO, Belmiro & CERDEIRA, Luísa (orgs.). **Custos dos Estudantes do Ensino Superior.** Lisboa: Educa, 2017.
- CABRITO, Belmiro, FERRÃO, M. & MARQUES, F. **Economia Portuguesa, 11<sup>o</sup> ano.** Lisboa: Texto Editora, 1980.
- CERDEIRA, Luísa & CABRITO, Belmiro. Democratization and accessibility in Higher Education in Portugal: recent changes/Democratização e acessibilidade no Ensino Superior em Portugal: mudanças recentes. **Acta Scientiarum. Education**, vol. 40, n<sup>o</sup> 1, 2018. Academic OneFile.  
<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/40632/21757>
- CERDEIRA, Luísa. **O Financiamento do Ensino Superior em Portugal. A Partilha de Custos.** Coimbra: Almedina, 2009.
- MÓNICA, Maria Filomena. **Educação e sociedade no Portugal de Salazar.** Lisboa: Editorial Presença, 1978.
- PSACHAROPOULOS, George & WOODHALL, Maureen. **Education for development, an analysis of invest and choices.** Washington, DC: Oxford University Press, 1985.
- SCHULTZ, Theodore. Investment in Human Capital. **American Economic Review**, n<sup>o</sup> 51, pp. 1-16, 1961.

Recebido em 03 de setembro 2019. Aprovado em 18 de novembro de 2019.

A **Revista Educação, Cultura e Sociedade** é uma publicação da Universidade do Estado do Mato Grosso – Brasil – iniciada em 2011.